



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 641154
Natureza: Prestação de Contas Municipal
Jurisdicionado: Câmara Municipal de Mato Verde

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tratam os autos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mato Verde, exercício de 2000.

Acórdão de 09/03/2010 (f. 66/67) julgou irregulares as contas do exercício de 2001 da Câmara Municipal de Mato Verde, determinando o ressarcimento ao erário municipal pelos vereadores à época, Leonel Antunes Neto e Carlyle Kennede Gomes de Sá, individualmente, do valor de R\$ 4.235,48 (quatro mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), relativo à remuneração recebida a maior, devidamente corrigido nos termos da Súmula TC 69. A referida decisão transitou em julgado em 12/09/2011, conforme certificado às f. 80.

Leonel Antunes Neto e Carlyle Kennede Gomes de Sá foram intimados da decisão do Tribunal de Contas por meio dos Ofícios n. 13272/2011/CDM e 13275/2011/CDM (f. 68/69), e de publicação no Diário Oficial de Contas em 29/07/2011 (f. 71/72).

Em face da ausência de ressarcimento voluntário do débito, foram emitidas as Certidões de Débito n. 00079/2013 e 00080/2013 (f. 105/108), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução concernente à certidão de débito supracitada, e que o *Parquet* de Contas realizará o acompanhamento respectivo no Processo de ACOMPANHAMENTO CAMP n. 641154R822013, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2014.

Eric Botelho Mafra

Diretor da Secretaria do Ministério Público de Contas¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 106/2013, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 16/12/2013.